



MONTES CLAROS

LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A.

CNPJ/MF nº 11.620.646/0001-98

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Acionistas,
A **Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. ("Montes Claros" ou "Companhia")** apresenta o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, com os Relatórios dos Auditores Independentes referente ao exercício de 2015.

1) A COMPANHIA

A Montes Claros é uma Companhia privada de capital fechado. Sua sede está localizada na cidade do Rio de Janeiro e possui uma filial na cidade.

A Companhia é controlada pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), esta que é Subsidiária da State Grid Corporate de China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A LTMIC foi adquirida pela SGBH em 1º de julho de 2015, já em fase operacional, da Cobra Instalaciones y Servicios S.A..

2) SETOR ELÉTRICO - SEGMENTO DE TRANSMISSÃO

A receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, através da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, o que garante que as transmissoras tenham mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas).

Nesse contexto, mesmo com incertezas no segmento de energia no mercado brasileiro, a Companhia espera manter a geração de caixa e margem positiva de suas operações. O segmento de transmissão de energia deve permanecer como o de menor risco do setor, pois o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

Dados da concessão

Extensão de linhas em km:	151
Tensão em kV:	138/345/500
Subestações:	2

3) DESEMPENHO FINANCEIRO

Os principais indicadores econômico-financeiros ao final do exercício de 2015 e 2014 são:

	2015	2014
• Liquidez geral	1,66	1,90
• Liquidez corrente	1,64	1,58
• Relação patrimonial líquido/ativo	39,69%	47,48%
• Relação passivo não circulante/ativo	52,38%	47,13%
Ativos totais - R\$:	328.418.043	359.433.317

4) GOVERNANÇA CORPORATIVA

A cada ano a Companhia busca ser mais inclusiva. A Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas.

Iniciativas como a Semana da Saúde e do Bem-Estar foram levadas para todas as regionais da empresa além de sua sede no Rio de Janeiro. O Programa de Liderança, contando com a participação de todos os seus executivos, diretores e gerentes também vem sendo incentivado e aprimorado.

Nosso objetivo é buscar cada vez mais transparência nas informações e o alinhamento de todas as equipes de forma a garantir total sintonia com os propósitos do Grupo.

5) RESPONSABILIDADE AMBIENTAL E SOCIAL

A Companhia vem operando em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e legislações de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. Na fase de operação de seu empreendimento, são desenvolvidos Programas Ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente. A Companhia também participa de ações sociais junto a Sociedade.

6) AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros da Diretoria e Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e encaminhamento das questões de maior interesse da sociedade. Nossos especiais reconhecimentos à dedicação e empenho do quadro funcional. Também queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos prestadores de serviços, usuários, entidades financeiras, seguradoras, demais agentes do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente, colaboraram para o êxito das atividades da Companhia e para o cumprimento da nossa missão de concessionária.

Rio de Janeiro, 16 de março de 2016

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS - Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

Nota	2015	2014	Nota	2015	2014
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.939.769	920.997		
Concessionárias e permissórias	7	3.674.217	3.266.678		
Estoques		570.138	-		
Impostos a recuperar	8	1.222.853	274.909		
Ativo financeiro amortizável	9	35.373.298	26.072.094		
Outros ativos circulantes		75.667	120.162		
		42.855.942	30.654.840		
Ativo não circulante					
Títulos e valores imobiliários	6	4.524.336	5.177.237		
Ativo financeiro amortizável	9	278.567.024	323.498.702		
Outros ativos não circulantes		2.470.741	2.550		
Imobilizado		-	99.988		
		285.562.101	328.778.477		
Total do ativo		328.418.043	359.433.317		
Passivo					
Passivo circulante					
Fornecedores - terceiros		1.054.874	3.341.260		
Empréstimos e financiamentos - terceiros	10	9.406.552	9.272.668		
Impostos e contribuições sociais		340.963	436.456		
Taxas regulamentares	11	1.803.086	1.290.352		
Dividendos propostos	13	13.416.927	4.472.309		
Outros passivos circulantes		33.116	588.186		
		26.055.518	19.401.231		
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos - terceiros	10	136.723.661	133.480.452		
Outras contas a pagar		72.705	-		
Impostos diferidos	12	35.215.502	35.907.678		
		172.011.868	169.388.130		
Patrimônio líquido					
Capital social		156.285.490	156.285.490		
Reserva de lucros		-	13.416.927		
Reserva legal		-	941.538		
Prejuízo acumulado		(25.934.833)	-		
	13	130.350.657	170.643.956		
Total do passivo e do patrimônio líquido		328.418.043	359.433.317		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2013	78.000.000	61.963.008	123.502	1.759.900	-	141.846.410
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	16.322.482	-	-	-	16.322.483
Transferência para o capital social	78.285.490	(78.285.490)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	16.360.739	16.360.739
Destinação do resultado:	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	818.036	-	(818.036)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(3.885.676)	(3.885.676)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	11.657.027	(11.657.027)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	156.285.490	-	941.538	13.416.927	-	170.643.956
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	(26.876.372)	(26.876.372)
Transferência dos dividendos intermediários após aprovação de AGO de 30/04/2015	-	-	-	(13.416.927)	-	(13.416.927)
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	(941.538)	-	941.538	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	156.285.490	-	-	-	(25.934.833)	130.350.657

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. ("Montes Claros" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de janeiro de 2010, estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - sala 1511, Centro, Rio de Janeiro. A Companhia tem por objetivo social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão, prestados mediante a implantação, construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão. **1.1. Mudança na participação acionária:** Em 27 de outubro de 2014, a Administração de Montes Claros na época protocolou na ANEEL requerimento solicitando a anuência para praticar os atos necessários para transferência do controle societário da Companhia à SGBH. A aprovação ocorreu no mês fevereiro de 2015. Adicionalmente, foi solicitada a anuência junto ao BNDES para praticar os atos supracitados, para a qual aguarda retorno. Em 1º de julho de 2015, a Companhia foi adquirida pela State Grid Brazil Holding S.A. (SGBH ou Grupo SGBH), já em fase operacional, da Cobra Instalaciones y Servicios S.A.. A SGBH é Subsidiária da State Grid Corporate de China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China. A Companhia foi adquirida pelo valor de R\$ 122.299.000. Na avaliação do valor justo da Companhia pela controladora SGBH foi efetuado um ajuste de R\$ 51.930.678 no ativo financeiro amortizável. **1.2. Da Concessão:** Em 19 de janeiro de 2010, a Cobra Instalaciones y Servicios S.A., acionista da Companhia à época, foi declarada vencedora do Leilão Público da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") nº 005/2009 realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro para a assinatura do contrato de concessão de transmissão de energia elétrica referente à instalação de transmissão de rede básica. Depois da aprovação da ANEEL, a Lintrin do Brasil Participações S.A. passou a ser acionista majoritária da Companhia. No dia 12 de julho de 2010, a Companhia assinou com a União, por meio ANEEL, o Contrato de Concessão nº 003/2010 pelo prazo de 30 anos, contado a partir da sua celebração, para construção, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, localizadas no Estado de Minas Gerais: a) Linha de transmissão 345 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 162 km, com origem na Subestação Pirapora 2 e término na Subestação Montes Claros 2; b) Subestação Itabirito 2 em 500/345 kV - 560 MVA; c) Subestação Padre Fialho em 345/138 kV - 150 MVA; d) Entradas de linha e interligação de barras, barmamentos, compensador estático, transformador defasador 138/138 kv 150 MVA, instalações vinculadas e demais instalações necessárias as funções de medição, supervisão, projeção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio. As instalações de transmissão descritas acima entraram em operação comercial em maio de 2013 (linha de transmissão em setembro de 2012 e subestação Padre Fialho em maio de 2013), exceto a subestação Itabirito 2, que iniciou suas atividades comerciais em 09 de agosto de 2014 e teve a conclusão da sua construção em junho de 2014. São ainda de responsabilidade da Companhia: e) SE Itabirito 2 - Trecho de linha de transmissão em 500 kV, em dois circuitos simples, com extensão aproximada de 2 km, entre o ponto de seccionamento da LT, em 500 kV São Gonçalo do Pará - Ouro Preto 2 e a SE Itabirito 2; trecho de linha de transmissão em 345 kV, em dois circuitos simples, com extensão aproximada de 1 km, entre o ponto de seccionamento da LT em 345 kV Jeceaba - Ouro Preto 2 e a SE Itabirito 2; e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas de linha das subestações São Gonçalo do Pará, Ouro Preto 2 e Jeceaba; f) SE Padre Fialho - Trecho de linha de transmissão em 345 kV, em dois circuitos simples, com extensão aproximada de 0,10 km, entre o ponto de seccionamento da LT em 345 kV Vitória - Ouro Preto 2 e a SE Padre Fialho; e a aquisição dos equipamentos necessários às modificações, substituições e adequações nas entradas de linha das subestações Vitória e Ouro Preto 2. Os equipamentos e instalações descritos nos itens (e) e (f) deverão ser transferidos sem ônus para a CEMIG Geração e Transmissão S.A. e para Furnas Centrais Elétricas S.A., respectivamente, concessionárias de transmissão proprietárias das subestações e das citadas linhas de transmissão que serão seccionadas. **1.3. Receita Anual Permitida (RAP):** A RAP será revisada pela ANEEL durante o período de concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contado a partir de julho de 2011 levando em consideração a Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") e Taxa Referencial de Mercado ("TRM"), definida no contrato. Em 16 de junho de 2014, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.756/2014, estabeleceu a RAP em R\$19.566.730 para o período de 1º de julho de 2014 a 30 de junho de 2015. Em 23 de junho de 2015, a ANEEL, de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.918/2015, estabeleceu a RAP em R\$31.432.865 para o período de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016. A receita faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Usos do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. No exercício de 2015 a ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico 2015, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis,

às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015. Com base nessas alterações houve a reclassificação do saldo da Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE), que em 2014 foi apresentada no grupo de custo da operação (nota explicativa 15) e em 2015 foi classificada como dedução da receita operacional (nota explicativa 14). O montante reclassificado em 2014 foi de R\$ 132.241. Não foram efetuadas outras reclassificações materiais nas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao período anterior e foram autorizadas pela Administração em 16 de março de 2016. **2.1 Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. **2.2 Conversão de saldos em moeda estrangeira:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. **2.3 Classificação circulante versus não circulante:** Os ativos e passivos são apresentados no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se for caixa ou equivalentes de caixa. Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o período de divulgação. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Caixa e equivalentes de caixa: Os caixas e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação. **3.2 Concessionárias e permissórias:** Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas. Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis. **3.3 Ativo financeiro amortizável:** De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário. No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro, classificado como "recebíveis" e registrado ao valor justo. Os ativos financeiros amortizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção. Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto. **3.4 Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment"):** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. **3.5 Impostos: Impostos sobre serviços prestados:** As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

	Nota	2015	2014
Receita operacional líquida	14	50.764.779	42.159.311
Custo da operação	15	(1.877.139)	(1.765.042)
Lucro bruto		48.887.640	40.394.269
Despesas gerais e administrativas	16	(819.193)	(1.556.940)
Perda por redução de valor recuperável	1	(51.930.678)	-
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(3.862.231)	38.837.329
Resultado financeiro	17	(18.485.679)	(15.204.171)
Receita financeira		598.460	562.105
Despesa financeira		(19.084.139)	(15.766.276)
Resultado antes dos impostos		(22.347.910)	23.633.158
Imposto de renda e contribuição social	19	(4.528.462)	(7.272.556)
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício		(26.876.372)	16.360.602

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

	2015	2014
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício	(26.876.372)	16.360.602
Resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente	(26.876.372)	16.360.602

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

	2015	2014
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício antes dos impostos	(22.347.909)	23.633.427
Ajustes:		
Juros e variações monetárias dos empréstimos	17.190.496	12.966.596
Depreciação	3.561	7.715
Perda por redução de valor recuperável	51.930.678	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Aumento) redução nos ativos operacionais	21.114	-
Concessionárias e permissórias:		
Ativo financeiro amortizável	(428.653)	(1.260.978)
Estoques	(16.300.205)	(36.255.032)
Impostos a recuperar	(570.138)	-
Adiantamentos a fornecedores	(947.943)	-
Outros ativos	57.499	5.238
Aumento (redução) nos passivos operacionais	(2.481.196)	1.159.018
Fornecedores	(2.753.275)	(2.815.411)
Tributos e contribuições sociais	(4.287.567)	143.636
Impostos pagos	(1.052.492)	-
Juros pagos	(8.497.395)	(8.231.543)
Taxas regulamentares	512.734	861.385
Outros passivos	(1.583.703)	(12.763.882)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais	8.465.605	(22.672.320)
Atividades de investimento:		
Venda de imobilizado - intangível	(103.549)	-
Aquisição de imobilizado e intangível	-	(81.874)
Títulos e valores mobiliários	652.902	-
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	549.353	(81.874)
Atividades de financiamento:		
Aumento de capital	-	16.322.482
Captação de empréstimo	1.000.000	-
Empréstimos e financiamentos pagos	(8.996.187)	(8.925.853)
Dividendos pagos	-	15.542.702
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	(7.996.187)	22.939.331
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa do exercício	1.018.771	185.137
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	920.997	735.861
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.939.769	920.997

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. **Imposto de renda e contribuição social - correntes:** A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. **Impostos diferidos:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. **3.6 Provisões para contingências:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários não circulantes são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado. **3.8 Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As



MONTES CLAROS

LINHAS DE TRANSMISSÃO DE MONTES CLAROS S.A.

CNPJ/MF nº 11.620.646/0001-98



* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 (Em reais)

de obrigações especiais, se houver. **Remuneração dos ativos financeiros:** Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que compreende a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP. **3.11 Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros. **Ativos financeiros não derivativos:** Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, concessionárias e permissionárias e ativo financeiro amortizável. O saldo de caixa e equivalente de caixa e concessionárias e permissionárias são classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. O saldo de ativo financeiro amortizável é classificado como ativos financeiros a valor justo por meio de resultado. Esses instrumentos financeiros ativos são mensurados pelo valor justo. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos. **Passivos financeiros não derivativos:** Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores e empréstimos. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de empréstimos e financiamentos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado. **Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros:** Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasso"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado. A Companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

4. NOVOS PRONUNCIAMENTOS TÉCNICOS E INTERPRETAÇÕES

O *International Accounting Standards Board* (IASB) emitiu as determinadas normas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras da Companhia. Enquanto aguarda a aprovação destas normas internacionais pelo CPC, a Companhia está procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos, caso haja, em suas demonstrações financeiras.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2015	2014
Caixa	5.747	5.747
Bancos	1.936.469	61.950
Aplicações financeiras	3.300	853.300
	1.939.769	920.997

A Companhia estruturou as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio para a Companhia em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2015	2014
Conta reserva - financiamentos	4.524.336	5.177.237
	4.524.336	5.177.237

Saldo se refere a conta reserva para garantia do pagamento do empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"). Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente ao serviço da dívida de três meses, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

7. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

	2015	2014
A vencer	3.449.535	3.266.678
Vencidas até 30 dias	75.265	-
Vencidas até 60 dias	7.167	-
Vencidas até 90 dias	58.377	-
Vencidas há mais de 90 dias	104.987	-
	3.695.331	3.266.678
(-) PCLD	(21.114)	-
	3.674.217	3.266.678

Em função do giro das contas a receber em curtíssimo prazo, a Administração não constitui ajuste a valor presente para o referido saldo. De acordo com as normas do agente regulador, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas acima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD:

	2015	2014
Saldo em 1º de janeiro	-	-
Adição	(21.114)	-
Saldo em 31 de dezembro	(21.114)	-

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2015	2014
Circulante	-	8.449
PIS	-	38.994
COFINS	737.931	21.915
IRPJ	408.451	63.146
CSLL	76.471	142.405
Outros	1.222.853	274.909

9. ATIVO FINANCEIRO AMORTIZÁVEL

	2015	2014
Circulante	35.373.298	26.072.094
Não circulante	278.567.024	323.498.702
	313.940.322	349.570.796

Conforme contrato de concessão da Companhia (conforme notas explicativas 1.1. e 1.2.) a Companhia reconheceu um recebível de concessão de serviço conforme o valor atual dos pagamentos mínimos anuais garantidos a serem recebidos do poder concedente. A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o ativo financeiro reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, e é apurado comparando o retorno esperado com o valor do investimento. As concessões das linhas de transmissão de energia da Companhia são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e das demais Instalações de transmissão, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão.

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Total da dívida

Descrição	Início	Venci-mento	Garan-tidor	Encargos	2015	2014
BNDES - TJLP + Subcrédito A	05/2012	01/2027	(i)	2,58% a.a.	76.986.335	82.571.889
BNDES - TJLP + Subcrédito B	05/2012	01/2027	(i)	2,18% a.a.	23.604.568	25.631.189
Debêntures	08/2012	04/2029	(ii)	8,75% a.a.	45.539.310	34.550.042
					146.130.213	142.753.120
Circulante					9.406.552	9.272.668
Não circulante					136.723.661	133.480.452
					146.130.213	142.753.120

(i) Garantias - BNDES: • Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão. • Caução, dada por todos os acionistas em favor do BNDES, da totalidade das ações da Companhia. • Caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão. **(ii) Garantias - Debêntures:** As garantias que suportam o financiamento são compartilhadas com o BNDES, sendo as Contas Reservas constituídas a partir de 15 de janeiro de 2020 no valor de 3 vezes o serviço da dívida considerando juros e amortização.

b) Fluxos de pagamentos futuros da dívida (principal e juros): Amortização

	2015	2014
2016	9.406.552	9.272.668
2017	9.173.159	9.173.159
2018	9.261.089	9.261.089
2019	9.349.490	9.349.490
2020 - 2029	108.939.923	108.939.923
	146.130.213	142.753.120

c) Covenants: A Companhia deve apresentar o fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de juros a pagar adicionado do montante amortizado do principal superior ou igual a 1,3 vezes, para ambos os contratos. O referido índice foi cumprido pela Companhia em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

11. TAXAS REGULAMENTARES

	2015	2014
Reserva global de reversão (RGR) (i)	1.295.486	957.487
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	179.208	168.223
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) (iii)	328.392	164.642
	1.803.086	1.290.352

(i) RGR: Taxa criada pelo Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035. O pagamento dessa taxa é regulamentado pelo artigo 1º da Resolução da ANEEL nº 23, de 5 de fevereiro de 1999, onde determina que as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem pagar à Eletrobrás mensalmente valores tendo como base em 2,5% do investimento e mantem a provisão de 2,5% da receita operacional regulatória. Possíveis diferenças entre pagamento e provisão são ajustadas anualmente através de Despachos emitidos pela ANEEL. A Administração da Companhia acompanha a emissão desses Despachos a fim de ajustar os valores pagos e reconhecidos no balanço. **(ii) TFSEE:** Instituída pela Lei 9.427 de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410 de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. **(iii) P&D:** Conforme as Resoluções ANEEL 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação à projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

12. IMPOSTOS DIFERIDOS PASSIVOS

	2015	2014
Impostos diferidos passivos	19.237.846	23.526.616
	35.215.502	35.907.678

Os saldos são referentes a: (i) registros contábeis da movimentação do ICPC 01 (R1) - Contratos de concessão que será realizado na proporção das operações considerando a receita e custos de operação realizados e depreciação do ativo imobilizado da concessão; (ii) PIS e COFINS sobre a receita de construção (registrada de acordo com o CPC 17 - Contratos de Construção). Será realizada de acordo com o recebimento da receita da referida obras (ativo imobilizado da concessão).

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social: Em 3 de março de 2014 a Companhia integralizou por meio de sua Assembleia Geral Extraordinária, o montante de R\$53.800.000 com a emissão de 53.800.000 ações ordinárias e nominativas. Em 31 de outubro de 2014 a Companhia integralizou, por meio de sua Assembleia Geral Extraordinária, o montante de R\$24.485.490 com a emissão de 24.485.490 ações ordinárias e nominativas. O capital social, em 31 de dezembro de 2015 e 2014, subscrito e integralizado é de R\$ 156.285.490, ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, as quais estão totalmente integralizadas em moeda corrente do país. A composição acionária está demonstrada a seguir:

	2015	2014
Lintran do Brasil Participações S.A.	-	99,99%
Cobra Instalações y servicios, S.A.	-	0,01%
SGBH	100%	-
	100%	100%

b) Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações. **c) Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. A parcela dos dividendos superior aos dividendos mínimos obrigatórios, propostos pela Administração antes da aprovação da Assembleia dos acionistas é registrada na rubrica "Dividendos adicionais propostos" de acordo com o ICPC 08. Quando ocorre a aprovação, o saldo é transferido para a conta de dividendos propostos no passivo.

(Prejuízo)/lucro líquido do exercício (26.876.372) 16.360.872

Reserva legal (5%) - 818.037

Base de cálculo para os dividendos - 15.542.835

Dividendo mínimo obrigatório (25%) - 3.885.676

Dividendos adicionais propostos - 11.657.027

Em abril de 2015 foi transferido para o passivo dividendos adicionais propostos considerando ata da assembleia geral ordinária com aprovação do resultado em 30/04/2014 e 30/04/2015.

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2015	2014
Receita operacional bruta	49.864.507	47.597.603
Receita de operação e manutenção	1.880.790	850.478
Remuneração dos ativos financeiros	47.983.717	40.696.421
Outras	-	6.050.704
Deduções da receita operacional	900.272	(5.438.292)
PIS	381.909	(785.456)
COFINS	1.755.624	(3.617.322)
RGR	(839.037)	(671.205)
P&D	(291.011)	(232.067)
TFSEE	(107.213)	(132.242)
	50.764.779	42.159.311

15. CUSTO DA OPERAÇÃO

	2015	2014
Pessoal	(151.909)	-
Material	(4.818)	-
Serviços de terceiros	(164.683)	(553.945)
Arrendamentos e aluguéis	(429)	-
Seguros	(70.534)	(175.796)
Tributos	(12.296)	-
Custo de operação e manutenção	(798.781)	(1.017.301)
Outras	(673.689)	(18.000)
	(1.877.139)	(1.765.042)

16. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	2015	2014
Pessoal	(11.854)	(349.454)
Material	(8.822)	(20.576)
Serviços de terceiros	(822.034)	(1.023.576)
Arrendamentos e aluguéis	(2.991)	(3.681)
Recuperação de despesas	253.559	-
Tributos	(19.714)	(36.143)
Depreciação e amortização	(3.561)	(7.715)
Outras	(203.776)	(115.795)
	(819.193)	(1.556.940)

17. RESULTADO FINANCEIRO

	2015	2014
Receita financeira	598.460	562.105
Receitas de aplicações financeiras	545.898	558.626
Variação cambial	36.459	-
Outras receitas financeiras	16.103	3.479
Despesa financeira	(19.084.139)	(15.766.276)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(16.843.615)	(13.192.256)
Variações monetárias	(403.611)	-
Comissões	(1.582.886)	(2.368.923)
Outras despesas financeiras	(254.027)	(205.097)
	(18.485.679)	(15.204.171)

18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros e a administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria. Em 2015 e 2014, a Companhia não registrou investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, assim, não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros. Todos os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados hierarquicamente no nível 2. Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

18.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo valor justo	Nota	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.939.769	920.997
Concessionárias e permissionárias	7	3.674.217	3.266.678
Ativo financeiro amortizável	9	313.940.322	349.570.796

Passivos mensurados pelo custo amortizado

Nota	2015	2014	
Empréstimos e financiamentos - terceiros	10	146.130.213	142.753.120
Fornecedores - terceiros	-	1.054.874	3.341.260

18.2. Gestão de risco: As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são: **a) Riscos de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração da Companhia, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. **b) Riscos de taxa de juros:** Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus financiamentos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros. **c) Riscos cambiais:** Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações materiais em função da natureza das atividades da Companhia. Adicionalmente, a Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção. **d) Risco de crédito:** O risco de crédito está relacionado a instituições financeiras (contrapartes) com as quais a Companhia possui ativos, o não cumprimento com suas obrigações contratuais, ocasiona perdas financeiras. Para minimizar esses riscos, as contrapartes selecionadas são de primeira linha, o que reduz a possibilidade de não cumprimento de obrigações. Os riscos de créditos relacionados as concessionárias e permissionárias são minimizados em virtude dos contratos assinados entre o ONS, as transmissoras e os agentes participantes da rede básica apresentarem garantias. Devido a isso, a empresa apresenta baixo nível de atrasos nos recebimentos. E em caso de inadimplência, a Companhia pode solicitar ao ONS o acionamento das garantias dos contratos. **e) Risco de liquidez:** A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada. A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

19. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (IR E CS)

	2015	2014
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(22.347.910)	23.633.427
Alíquota nominal	7.598.289	(8.035.365)
Adições e exclusões não dedutíveis	-	-
Perda por redução de valor recuperável	(17.663.609)	-
Receitas (Despesas) não dedutíveis	(556.032)	762.809
Outros	(353.308)	-
Diferenças temporárias pela aplicação do IFRIC 12	6.446.198	-
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	(4.528.462)	(7.272.556)

20. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar e monitorar sua estrutura de capital e a justa considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

21. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. A cobertura de seguros contra riscos operacionais é composta por danos materiais e para responsabilidade civil, conforme:

Ativo	Tipo de cobertura	2015	2014
Responsabilidade civil	Risco civil	231.986	-
Seguro patrimonial	Risco operacional	126.604.341	46.770
Veículos	Carros	6.151	-
		126.842.478	46.770

DIRETORIA

Ramon Sade Haddad - Diretor Presidente

Marcos Freitas de Sousa - Diretor

Aldeia Giorgia Werneck - Contadora - CRC RJ-110226/O-6

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Diretores da

Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras da Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas

brasileiras e internacionais de auditoria.